

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO – EAESP

LEONARDO FUJISIMA YADA

O processo de profissionalização nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

SÃO PAULO

2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO – EAESP

O processo de profissionalização nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação
Científica (PIBIC)

Relatório Parcial

Aluno: Leonardo Fujisima Yada

Orientador: Mário Aquino Alves

SÃO PAULO

2016

Sumário

Introdução	4
Procedimentos metodológicos	5
Literatura brasileira sobre profissionalização	6
Histórias de vida	15
Dinâmica organizacional das ITCP's.....	19
Resultados	21
Referências bibliográficas.....	24

Introdução

O presente trabalho busca analisar, através de histórias de vida, o surgimento de novas categorias profissionais nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's). Busca-se iniciar uma discussão acerca do processo de profissionalização das atividades sociais no campo da economia solidária, especificamente nas ITCP's. Deste modo, a pergunta da pesquisa em questão é: como as trajetórias de vida dos integrantes e das integrantes de ITCP's fornecem indícios dos processos de profissionalização no campo da economia solidária.

A profissionalização das atividades da sociedade civil vem crescendo nas últimas décadas. Um exemplo bastante evidente é o caso da captação de recursos que, recentemente, vem passando por um processo de profissionalização. Este fenômeno é caracterizado pela criação de organizações capazes de estabelecer redes entre as pessoas que atuam no setor, como é o caso da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), pela relação com o Estado em busca de legitimidade, dentre outros elementos que serão melhor analisados na revisão da literatura brasileira sobre profissões.

Neste trabalho, utilizou-se o conceito de sociedade civil desenvolvido por Alves (2004), que se distingue do conceito de terceiro setor, sendo este apenas uma parte daquele. De acordo com o autor, a sociedade civil pode ser definida através de seis categorias: categoria típica-ideal; espaço não-estatal; campo de poder; espaço dialógico; proteção jurídica e autolimitação (ALVES, 2004).

Enquanto campo de poder, a sociedade civil surge como “um espaço de tensão e conflito, onde os diversos atores sociais carregam sua própria lógica (*habitus*) e concorrem para estabelecer um monopólio sobre as diversas espécies de capital [...] e sobre as formas de valorizar esse mesmo capital” (ALVES, 2004, p. 152). Portanto, estudar os processos de profissionalização nas ITCP's é essencial para compreender os conflitos que cercam o campo da economia solidária no Brasil e, ainda, a relação deste movimento político com o Estado e, conseqüentemente, com a formulação e implementação de políticas públicas.

Procedimentos metodológicos

Para responder à pergunta deste trabalho, foi feito, primeiramente, uma revisão teórica sobre a literatura brasileira acerca do tema profissionalização. Este quadro teórico, no entanto, não se restringiu às abordagens de autores e autoras brasileiras, de modo que, foram acrescentadas perspectivas de autores e autoras estrangeiras que contribuíram para o debate sobre os processos de profissionalização. Dentre as diversas visões, este trabalho tem como linha teórica a abordagem bourdieusiana, que é desenvolvida por Durand (1975).

A partir desta revisão da literatura brasileira sobre profissionalização, foram desenvolvidos dois questionários. O primeiro visa compreender a dinâmica organizacional das incubadoras e o segundo, as histórias de vida daqueles que trabalham nessas organizações. Com base nestas respostas, será possível observar a emergência de novas profissões – ou comunidades profissionais - nos processos de incubação das cooperativas pelas ITCP's, através da análise de histórias de vida e compreender o impacto deste processo de profissionalização nas ITCP's.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa sobre histórias de vida, com o fim de agregar à pesquisa um conjunto teórico para servir de base para as análises dos integrantes e das integrantes das incubadoras. As histórias de vida são ferramentas importantes, dentro de abordagens qualitativas, para compreender a intersecção entre as narrativas individuais e os contextos sociais em que estas narrativas são construídas, permitindo analisar a dimensão particular de fenômenos históricos.

Foi realizado um estudo sobre a dinâmica organizacional das ITCP's, visto que, são objetos de estudo do presente trabalho. A principal referência utilizada neste processo foi o texto “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer, ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Por fim, foi realizada uma entrevista com o professor Paul Singer, com o fim de compreender melhor o campo da economia solidária no Brasil. Os *surveys* foram enviados às incubadoras e, em seguida, foram feitas análises das histórias de vida dos integrantes, com o objetivo de verificar quais são as principais características dos processos de profissionalização das ITCP's.

Literatura brasileira sobre profissionalização

De acordo com Durand (1975, p. 59), o processo de profissionalização é “o movimento pelo qual as ocupações, definidas como simples especializações técnicas no mercado de trabalho, adquirem o *ethos* e o modelo organizacional das *professions*”. As *professions* são ocupações que emergem da divisão do trabalho e que são caracterizadas por um conjunto específico de atributos como, por exemplo, necessidade de controle.

De acordo com Sennett (2006), o movimento de profissionalização está relacionado à militarização da sociedade civil (pirâmide doméstica) e do mercado, que teve início no fim do século XIX, e foi analisada por Max Weber. Este processo, baseado no exército prussiano fundamentou o capitalismo social que, ao garantir uma posição às pessoas mais pobres, evitava movimentos revolucionários. Assim, na sociedade civil, as escolas passaram a adotar procedimentos padronizados e a profissionalização enquadrava práticas como a medicina e o direito. Este fenômeno levou a “um século XX dominado pelo *ethos* da luta armada” (SENNETT, 2006, p. 29). Esta racionalização da sociedade civil transcende para a dimensão temporal, fazendo com que as pessoas desenvolvam narrativas sobre como suas vidas devem ser para que se alcance o sucesso profissional (SENNETT, 2006) e, por isso, este trabalho analisará as histórias de vida das pessoas que trabalham em incubadoras, buscando compreender a emergência de novas profissões. Ao mesmo tempo que as pessoas se inserem em uma jaula de ferro, também criam um modo de vida a ser seguido, dentro de um lar psicológico (SENNETT, 2006).

Argelin (2010) chama atenção para a contraposição existente entre as profissões e os ofícios; as profissões (artes liberais) adquiriram um *status* de superioridade em relação aos ofícios (artes mecânicas) no processo de modernização, em decorrência da expansão e do fortalecimento das universidades. Neste contexto, os estudos sociológicos sobre as profissões foram dominados pelas teorias funcionalistas americanas, que visavam categorizar as profissões, diferenciando-as das ocupações (ARGELIN, 2010). Gonçalves (2007;2008), por exemplo, chama atenção para as profissões enquanto instrumentos responsáveis por atender as demandas sociais dentro da sociedade capitalista e detentoras do conhecimento técnico-científico. Diniz

(2001, apud ARGELIN, 2010)¹, por sua vez, destaca a ideia de “autonomia profissional” como o ponto central das teorias funcionalistas, de acordo com Argelin (2010). Outros funcionalistas buscaram colocar em relevo outras características das profissões como, por exemplo, as comunidades profissionais.

A teoria dos interacionistas simbólicos marcou a primeira ruptura com a teoria funcionalista, enfatizando as interações simbólicas e políticas entre os grupos ocupacionais, e não as condições que determinavam as profissões, como faziam os funcionalistas (GONÇALVES, 2007;2008). De acordo com Argelin (2010), esta nova corrente teórica enxerga a divisão do trabalho enquanto resultado de interações e processos sociais e tem como principal referência, para Dubar² (2005, apud ARGELIN, 2010), Everett Hughes. Este autor contribui para as teorias dos interacionistas simbólicos com as noções de “diploma”, autorização para exercer a atividade profissional, e “mandato”, a “obrigação legal de assegurar uma função específica” (DUBAR, 2005, p. 133, apud ARGELIN, 2010, p. 7) (ARGELIN, 2010).

De acordo com Gonçalves (2007;2008), durante as décadas de sessenta e setenta, começaram a surgir revisões da literatura funcionalista a partir de uma perspectiva crítica, assentadas, sobretudo, nas teses de poder e monopólio profissional. Dentre as críticas, ressalta-se a “aplicação a-histórica da noção de profissão, desvalorizando os contextos sócio históricos em que se institucionalizam as profissões” (GONÇALVES, 2007;2008, p. 181).

Dentre análises críticas apontadas por Gonçalves (2007;2008) das décadas de sessenta e setenta, houve o enfoque na relação entre o profissional e o cliente. Para Johnson³ (1972, apud GONÇALVES, 2007;2008), a assimetria de informação entre ambos os atores engendra uma relação de controle e dependência do segundo em relação ao primeiro, de maneira que, o produtor dos serviços profissionais cria as demandas dos clientes, e não o contrário, como sugere a teoria funcionalista. Há três tipos de controle: colegial, patrocinado e mediado, que se encaixam em diferentes contextos históricos e socioeconômicos. Durand (1975), no entanto, não se oriente para esta abordagem, apontando uma relação de cumplicidade entre clientes e profissionais.

¹ DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

² DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Portugal: Porto Editora, 2005.

³ JOHNSON, Terence. *Professions and Power*. Londres. Macmillan, 1972.

Larson⁴ (1977, apud GONÇALVES, 2007;2008) analisa o “projeto profissional”, entendendo-o como um processo histórico em que as profissões alcançam o monopólio dos serviços prestados, garantindo, com isso, a proteção do Estado e, conseqüentemente, a legitimidade perante a sociedade e privilégios materiais e simbólicos. Esta crítica que tem como base o conceito de fechamento possui, na visão de Argelin (2010), um ponto de vista neweberiano, em que, o credencialismo e o diploma restringem a atividade profissional a um determinado grupo. De acordo com Gonçalves (2007;2008), as críticas à visão de Larson (1977, apud GONÇALVES, 2007;2008) se direcionam para a excessiva relevância dada à concretização do monopólio profissional.

Para Freidson (1978;1986, apud GONÇALVES, 2007;2008, p. 184), a autoridade profissional se assenta em três elementos: autonomia técnica, monopólio de um tipo de conhecimento, e credencialismo. Outro aspecto importante na análise deste autor é a reafirmação da existência de uma ideologia profissional que garante o reconhecimento social da ocupação (GONÇALVES, 2007;2008). Diferente de Johnson e Larson, Freidson (1978;1986, apud GONÇALVES, 2007;2008, p. 184) não é totalmente contrário aos movimentos profissionais, apontando vantagens como, por exemplo, a oposição ao modelo administrativo burocrático e ao trabalho alienado que surge da divisão manufatureira do trabalho. De acordo com Argelin (2010), Freidson⁵ (1996, apud ARGELIN, 2010), ao propor a “teoria do profissionalismo”, compreende o processo de profissionalização como uma forma de organizar a divisão do trabalho e controlar, portanto, a própria atividade.

De acordo com Argelin (2010), Freidson (1996, apud ARGELIN, 2010) aponta o Estado como um elemento fundamental para a existência das profissões, à medida que, ele controla a divisão do trabalho, o mercado e, também, o sistema de ensino vigente. Caso o Estado apresente características passivas, as profissões adquirem maior independência, e caso o Estado apresente características burocráticas, as profissões se tornam mais dependentes e vinculadas ao mesmo (ARGELIN, 2010). Se o Estado for autoritário, por fim, cria-se um “corporativismo societal” (ARGELIN, 2010).

⁴ LARSON, Magali. *The Rise of Professionalism*. A sociological analysis. Londres. University of California Press, 1977.

⁵ FREIDSON, E. *Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1996.

A relação entre as profissões e o Estado também é analisada por Cunha⁶ (1991, apud WEBER, 2003). Para ela, a organização dos docentes, por meio de associações profissionais e sindicatos, gerou um efeito de retroanulação política, fortalecendo a privatização do ensino público no Brasil. Neste sentido, Weber (2003), apoiando-se em Baldino e Afonso⁷ (2002, apud Weber, 2003), reconhece a relação entre a formação profissional e a política. Assim, Weber (2003) analisa as relações entre a docência e outras três instâncias relacionadas a ela: Estado, instituições formadoras e associações. A autora analisa a formação profissional da atividade de docência através do contexto histórico em que se insere, de maneira que, o processo de redemocratização e as legislações que deste decorrem se tornam aspectos indutores da profissionalização dos docentes (WEBER, 2003).

Weber (2003), ao analisar a relação entre a formação da docência enquanto profissão e a política, se atenta para as duas dimensões que cercaram os professores no período da redemocratização: a dimensão técnica e a dimensão política, que passou a caracterizar o docente como um educador, responsável por desenvolver capacidades críticas nas classes baixas. Neste contexto, Weber (2003) aponta o surgimento da Associação Profissional Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) como um marco para a passagem da docência para o *status* de profissão, visto que, “uma profissão se desenvolve ou emerge relacionada a uma determinada estrutura social, sendo reconhecida quando a ela se vinculam formas de controle, respeitada a autonomia que lhe é inerente” (WEBER, 2003, p. 1135).

A crítica da sociologia das profissões, de acordo com Durand (1975), é construída a partir da premissa de que as profissões possuem um caráter ideológico que condiciona a perspectivas erradas. Entretanto, Durand (1975) faz três ressalvas: em primeiro lugar, os sociólogos, ao tomarem como objeto de estudo as profissões e ao se organizarem em associações profissionais, se colocando acima dos interesses de classes em prol dos interesses coletivos, estão, consciente ou inconscientemente, reafirmando o próprio discurso ideológico pequeno-burguês dos profissionais; em segundo lugar, a crítica da sociologia das profissões ignora o processo de desprofissionalização, caracterizado, de acordo com o autor, pela expansão de profissionais

⁶ CUNHA, L.A. *Educação, Estado e democracia*. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; [Brasília, DF]: FLACSO, 1991.

⁷ BALDINO, J.M.; AFONSO, L.H.R. Formação de profissionais da educação: a intervenção dos sindicatos. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002. p. 95-112.

assalariados, pelo aparecimento de organizações sindicais e, finalmente, pela redução da distância entre o trabalhador não-manual qualificado e as demais categorias profissionais, em termos de salário, prestígio e controle do processo de trabalho; em terceiro lugar, a sociologia das profissões ignora o caráter monopolista das profissões, que evitam a inserção de novos membros com o fim de não gerar excesso de mão-de-obra, comprometendo a luta por interesses próprios como, por exemplo, o aumento de salários e outros privilégios.

Durand (1975), ao expor, na primeira parte do texto “A serviço da coletividade – crítica à sociologia das profissões”, as limitações da sociologia das profissões, busca compreender os vínculos entre as parcelas profissionais técnico-científicas e as relações de classes dentro das sociedades capitalistas. O autor, portanto, explora “a extensão das relações capitalistas de trabalho no setor de prestação de serviços, de modo a evidenciar como, subjacentemente ao movimento de profissionalização ou desprofissionalização, operam processos de divisão social e técnica do trabalho em função da acumulação de capital” (DURAND, 1975, p. 60).

Durand (1975), ao apontar o fator de desprofissionalização como fundamental para a análise sociológica das profissões, inclui em sua perspectiva um caráter sistêmico. Nesta visão, o autor se atenta para as relações entre as profissões, se aproximando, portanto, das críticas da década de 1980, representadas por Abbott (1988, apud GONÇALVES, 2007;2008, p. 185), que marcaram a terceira fase do desenvolvimento da análise sociológica das profissões, de acordo com Gonçalves (2007;2008). De acordo com Weber (2003), Abbott (1988, apud WEBER, 2003) introduz o conceito de jurisdição, com o objetivo de demonstrar as lutas interprofissionais pela delimitação das áreas de cada atividade profissional frente ao sistema jurídico. De acordo com Argelin (2010), este processo de desprofissionalização é acelerado pelas inovações tecnológicas e pelo movimento de especialização, enfraquecendo, portanto, a autonomia profissional.

Nos países capitalistas periféricos, a literatura sobre a sociologia das profissões é praticamente inexistente¹. Durand (1975), ao olhar para o caso brasileiro, atribui a este fato quatro razões que estão relacionadas à própria formação estrutural e histórica do Brasil.

Em primeiro lugar, não houve, como nos países capitalistas europeus, a predominância do modo de produção feudal, caracterizado pela organização econômica em guildas, corporações e comunidades de ofícios (DURAND, 1975). Portanto, não houve a criação de estruturas jurídicas sobre as ocupações, tornando o acesso às profissões restrito aos filhos de oligárquicos

(DURAND, 1975). Somado a isso, Durand (1975) aponta a política trabalhista de Getúlio Vargas, que atribuiu ao Estado, através do Ministério do Trabalho, a organização das ocupações de nível superiorⁱⁱ.

Em segundo lugar, o acelerado processo de industrialização e a forte absorção da mão-de-obra especializada engendraram uma concentração de renda nas mãos das pessoas escolarizadas que pode ser visto nos diferenciais de renda entre 1960 e 1970, de maneira que, políticas de restrições legais de ingresso na categoria profissional não foram necessária (DURAND, 1975). Estas políticas são mais comuns quando os diplomas não possuem peso relevante na ocupação de cargos com alta remuneração (DURAND, 1975).

A terceira razão apontada por Durand (1975) é a rápida obsolescência da mão-de-obra especializada, em função do acelerado desenvolvimento tecnológico, o que desfavorece a criação de categorias profissionais. Por fim, Durand (1975) aponta a política educacional após 1964, de expandir a prestação de serviços educacionais com o mercado privado. Portanto, as características do acelerado desenvolvimento industrial brasileiro tornaram os estudos sobre as profissões dentro da sociologia do poder inexistentes.

De acordo com Durand (1975), os estudos de caso das profissões se caracterizam pela visão evolucionista da profissionalização, entendendo-o como um processo natural pelo qual os profissionais conseguem atingir suas missões e vocações, ou seja, “capaz de retirar a prática humana do obscurantismo e da ignorância e organizar os corpos de ofício sob a merecida proteção da lei” (DURAND, 1975, p. 62). Deste modo, estes estudos focam na necessidade de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho e nas exigências legais e educacionais necessárias para que tais atividades sejam possíveis, não visualizando as relações existentes entre a estrutura social brasileira e a divisão social do trabalho.

A partir disso, o autor levanta a seguinte pergunta acerca da teoria de classes marxista:

[...] quais os movimentos do capitalismo monopolista, enquanto modo de produção dominante, conducentes à expansão relativa de trabalhadores improdutivos sobre o total da força de trabalho e quais as consequências do fato na luta de classes nos níveis econômico, jurídico-político e ideológico? (DURAND, 1975, p. 64, grifo próprio).

Durand (1975) analisa duas concepções que buscam dar explicações a esta questão: a concepção marxista de Poulantzas e a concepção de Bourdieu. O primeiro entende dois problemas que tangem à questão de reprodução de classes sendo o primeiro a reprodução de “lugares de classe” na divisão do trabalho e o segundo a reprodução dos agentes entre classes, que está subordinado ao anterior. De acordo com Durand (1975), as camadas profissionais são responsáveis pela mobilização mais intensa do peso da cultura e, neste sentido, o autor formula a segunda questão com base nas distinções simbólicas de Bourdieu: “qual o fundamento da autoridadeⁱⁱⁱ profissional?” (DURAND, 1975, p. 64).

Com base em Bourdieu e o conceito de delegação^{iv}, Durand (1975, p. 65) aponta para a “transfiguração simbólica de uma relação de dominação”. O conceito de delegação, no caso, se refere à delegação de práticas culturais da cultura dominante à determinadas ocupações, de modo que, estas estejam ligadas a um modelo cultural valorizado. Este conceito demonstra, portanto, que há relativa autonomia entre a cultura e a política. O mercado de bens culturais visa ao distanciamento das camadas superiores da sociedade em relação às camadas que consomem bens da Indústria Cultural e, em função da delegação de certos elementos desta cultura a algumas profissões, acabam por determinar o monopólio profissional por parte de algumas profissões.

A partir disso, Durand (1975) aponta as lutas entre as categorias profissionais pela apropriação simbólica de elementos da cultura legítima como fundamental para compreender o fundamento da autoridade profissional. É neste contexto que Durand (1975) atribui importância à questão da “raridade” de determinados conhecimentos técnico-científicos, que engendram a ideologia do homem total. Somado a este processo, o autor ainda aponta para a cumplicidade entre cliente e profissional, baseada no colóquio profissional-cliente, como um dos pilares da legitimação deste sistema de dominação de uma camada profissional em relação às outras.

Este processo de apropriação de um patrimônio cultural por parte de algumas classes e frações de classe ocorre através da internalização de *habitus* naturalizados, que se “escondem” atrás da ideologia do dom e da vocação; neste sentido, o sistema escolar e os grupos profissionais se tornam reprodutores de desigualdades com base no discurso do mérito (DURAND, 1975). O poder adquirido com o movimento de profissionalização aparece na capacidade de manipular o Estado a restringir, por meio da proteção da lei, práticas não legítimas como, por exemplo, a medicina do curandeiro e da curandeira.

Diferente de Durand (1975), Argelin (2010) cita autores como Barbosa⁸ (1998, apud ARGELIN, 2010) que, apoiando-se em Simon Schwarzman (1987), afirma que o processo de profissionalização no Brasil teve início no começo do século XX com os médicos sanitaristas e engenheiros. Apesar de já existirem os advogados, Barbosa (1998, apud ARGELIN, 2010) não os classifica como profissionais, à medida que, o processo de profissionalização é caracterizado pelo conhecimento técnico-científico, e não na divisão de classes. Além disso, o autor cita os economistas, no início da década de sessenta como um importante grupo profissional que se estabelecia no Brasil.

Alves, Nogueira e Schommer (2013) também buscaram transcender as análises funcionalistas sobre profissões, a partir de uma perspectiva institucional. Fugindo do olhar restrito da teoria funcionalista que busca categorizar as profissões, os autores, com base em Sciulli (2005, apud ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013), mostram que o desenvolvimento da identidade profissional ocorre através de uma ética profissional, e não apenas de técnicas e práticas características. Apesar da análise de Sciulli (2005, apud ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013) desconsiderar a linguagem e o contexto histórico como fatores constituintes do processo de institucionalização, sua análise é importante para caracterizar as profissões como macro-atores que lutam por poder e legitimidade (MORREL, 2007, apud ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013), que são alcançados por meio de um conjunto de conhecimentos que exercem o controle sobre a realidade social (ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013). Deste modo, cria-se um conjunto de significados que norteiam determinadas práticas, impedindo a incorporação de não-membros e de práticas não consideradas legítimas (ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013).

Alves, Nogueira e Schommer (2013) também adotam em suas análises a ideia de “comunidades profissionais” (GOODE, 1969, apud, ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013, p. 3), ou seja, grupos que estão construindo um *ethos* profissional e que constituem uma identidade profissional mais fluida. De acordo com Alves, Nogueira e Schommer (2013), Mendonça e Alves (2012, apud ALVES; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2013) defendem que a profissionalização das “comunidades profissionais” ocorre através de redes informais^v, diferente de categorias profissionais mais estabelecidas. Além disso, Alves, Nogueira e Schommer (2013)

⁸ BARBOSA, M. L. de O. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil. Tempo Social, São Paulo, v.10, n.1, p.129-142, mai. 1998.

atribuem importância às novas lógicas institucionais no caso das “comunidades profissionais”, isto é, diferentes padrões culturais e simbólicos que modificam e moldam as instituições, de modo que, os indivíduos aparecem como atores capazes de construir estes padrões por meio de narrativas e discursos.

Histórias de vida

De acordo com Paulilo (1999), a história de vida é um método de coleta e análise de dados utilizado em abordagens qualitativas. Com base na história de vida “pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente se fundam a evocações passadas” (PAULILO, 1999, p. 140 – 141).

Este processo de construção de narrativa envolve a seletividade por parte do entrevistado, de maneira que, a sua memória é manipulada de acordo com as suas próprias inclinações. Este fato, no entanto, não caracteriza, necessariamente, um problema para os fins da pesquisa, visto que, importa ao pesquisador o modo como o entrevistado constrói a sua própria narrativa. Outros autores e autoras incluem a história de vida no quadro da história oral e a considera uma ferramenta importante para conectar a vida individual e o contexto social em que a pessoa está inserida. (PAULILO, 1999).

Há, ainda, outros autores e autoras que entendem que a história de vida é aquela capaz de atribuir sentido à noção de processo, ou seja, a um conjunto de acontecimentos, com base em suposições e crenças pessoais. Isto possibilita, portanto, apreender a cultura “do lado de dentro”⁹ (CAMARGO, 1984, apud PAULILO, 1999, p. 141). Aqui, há uma união entre o universal e o particular, ou seja, um *continuum* no discurso que permite compreender, a partir das vivências pessoais, do microcosmo, o contexto social mais amplo, o macrocosmo. (PAULILO, 1999).

De acordo com Denzim¹⁰ (1984, apud PAULILO, 1999, p. 142), a temporalidade é um elemento chave nos estudos sobre histórias de vida, distinguindo-se em dois tipos: o tempo mundano e o tempo fenomenológico. O primeiro está relacionado ao passado, presente e futuro como horizonte temporal e o segundo é o fluxo contínuo, o tempo interior. De acordo com Paulilo (1999), as pessoas, ao contar suas vidas, acabam por contar a vida do período histórico em que estão inseridas, de um povo, ou de um grupo. Deste modo, a história de vida se torna uma ferramenta importante para compreender a relação existente entre o indivíduo e o contexto

⁹ CAMARGO, A. *Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 27, n.1, 1984, pp. 5 – 28.

¹⁰ DENZIM, N. K. *Interpretando a vida das pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 27, n.1, 1984, pp. 29 – 43.

social, permitindo a análise da perspectiva individual de fenômenos históricos (PAULILO, 1999).

As histórias de vida são extraídas, geralmente, através de entrevistas prolongadas em que o entrevistado e o entrevistador mantêm uma relação fluída e contínua. A entrevista, como o próprio nome diz – “entre-vista” – é um espaço em que há um encontro de crenças, vivências e percepções que dão sentido a um conjunto de fatos e, portanto, congrega mais de um ponto de vista, tratando-se de um “encontro social”. Ambos os personagens atuam na produção de sentidos, através do processo interativo da entrevista. Há, entretanto, diferentes tipos de interação, por exemplo, os *surveys* e os relatos orais de história de vida não proporcionam a mesma interação entre entrevistador e entrevistado que os diálogos e as conversas. (PAULILO, 1999).

Sennett (2010), em “A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, analisa as dificuldades em construir histórias de vida e narrativas de identidade dentro de uma sociedade fragmentada. Este fenômeno – capitalismo flexível – é analisado por Sennett (2010) através da análise das narrativas de Enrico e Rico. Enrico, pai de Rico, possuía uma narrativa linear, visto que se inseria em uma sociedade linear, burocrática, em uma “jaula de ferro”. O filho, por sua vez, teve dificuldade em construir uma história de vida, já que, está inserido em uma sociedade composta por episódios, com mudanças contínuas, se contrapondo à vida estável de seu pai.

Esta transição de uma sociedade burocrática para uma sociedade flexível trouxe consequências no âmbito individual, expressa pela experiência de Rico e os conflitos referentes ao seu trabalho e a sua família. Em instituições flexíveis, os laços de longo prazo não são tão valorizados como os laços de curto prazo e, portanto, torna-se difícil construir relações pessoais de confiança que, na sociedade burocrática, são bastante valorizadas. Rico vive um dilema com o seu próprio caráter que foi bastante influenciado pelo seu pai. Pode-se notar, neste caso, que o universal e o individual estão intimamente relacionados, de modo que, alterações no macrocosmo resultam em alterações no microcosmo. (SENNETT, 2010).

Outro ponto gerador de debates dentro das narrativas e das histórias de vida são as rotinas. De acordo com Sennett (2010), Denis Diderot acreditava que a rotina era capaz de elevar

as habilidades dos trabalhadores, atribuindo-lhes a capacidade manual e conceptiva do trabalho, visto que, com o intenso trabalho repetitivo, eles passavam a controlar o próprio processo de produção. Sennett (2010) também mostra, por outro lado, a visão pessimista de Adam Smith. Nesta abordagem, a rotina diminui as capacidades conceptivas dos trabalhadores, constituindo micronarrativas que são negligenciáveis no âmbito mais amplo da história como, por exemplo, a própria micronarrativa de Enrico (SENNETT, 2010).

De acordo com Sennett (2010), o sistema de poder que sustenta as modernas organizações flexíveis consistem em três elementos: reinvenção descontínua de instituições; especialização flexível de produção; e concentração de poder sem centralização.

Para Sennett (2010), as formas modernas de flexibilidade são caracterizadas por mudanças que rompem com o passado e não com mudanças que mantém certa continuidade com o cenário anterior, de forma que, há a exigência pela reinvenção de instituições, a partir do ataque ao sistema de poder burocrático vigente. Para isso, Sennett (2010) aponta o processo de reengenharia como principal fator, sendo um procedimento que visa aumentar a eficiência da organização, estando, no entanto, fortemente relacionado a um movimento caótico, ao desemprego e, conseqüentemente, à intensificação da desigualdade social, à medida que, apenas alguns dos que perderam os respectivos empregos conseguem outros lugares para trabalhar. O governo do estado de São Paulo passou por esse processo com a aprovação do projeto de extinção da Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Governo do Estado de São Paulo (FUNDAP), com o objetivo de redução de despesas e reorganização do estado.

O segundo elemento citado por Sennett (2010) é a especialização flexível de produção, ou seja, a capacidade das organizações de moldar seus produtos de acordo com as mudanças na demanda do consumo, de modo que, o governo fica responsável por garantir que as diversas empresas inovem juntas e não em conflito. De acordo com Sennett (2010), este processo trata de questões tão políticas quanto econômicas, visto que, trata-se de um movimento que visa dar às pessoas a capacidade de se adaptar às mudanças. Nos regimes em que estas mudanças são freadas quando afetam os cidadãos mais fracos são classificadas por Sennett (2010) de "Reno" (capitalismo de estado), enquanto os regimes "anglo-americanos" (neoliberalismo) tendem a manter as mudanças ainda que implique em resultados negativos para as camadas mais baixas.

Por fim, Sennett (2010) aponta a concentração de poder sem centralização como um elemento fundamental no sistema de poder das organizações flexíveis. De acordo com Sennett (2010), o termo "desburocratização" utilizado no discurso da flexibilização e, no âmbito do Estado, no discurso da Reforma do Estado é falacioso, à medida que, a liberdade proporcionada aos diversos grupos das organizações consiste em como realizar as metas estabelecidas pelos postos mais altos da hierarquia, apenas. Deste modo, a estrutura institucional que garantia as relações desiguais entre os grupos permanece e a "dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe" (SENNETT, 2010, p. 65) (SENNETT, 2010).

A união destes três elementos se dá, de acordo com Sennett (2010), na flexibilização do tempo de trabalho. Trata-se, na visão do autor, de um benefício concedido a poucas pessoas, brancas e de classe média, e que não garante maior liberdade e controle sobre o processo de produção ao assalariado. Este é o movimento apontado por Sennett (2010) que visa desconstruir as rotinas e romper com as formas burocráticas de organização. Além disso, este processo também é responsável, na visão do autor, por corroer o caráter dos trabalhadores, atribuindo-lhes maior capacidade de aceitar a flexibilização e a fragmentação decorrente destas novas formas de organização.

De acordo com Sennett (2010), a economia política flexível também provoca alterações na ética do trabalho. Em formas burocráticas, os trabalhadores buscam fazer o uso autodisciplinado do tempo e valorizar a satisfação adiada, de forma que, estes trabalhariam duro e esperam por algum retorno, tornando as instituições duráveis necessárias (SENNETT, 2010). Em formas flexíveis, em que as instituições estão sempre em processos de mudança, esta ética do trabalho não é possível, de maneira que, se valoriza aquele que possui a capacidade de trabalhar em equipe, ou seja, de escutar, cooperar e se adaptar às circunstâncias (SENNETT, 2010).

Dinâmica organizacional das ITCP's

De acordo com Singer (2002), nas sociedades capitalistas, fortemente marcadas pela economia competitiva, os perdedores acumulam desvantagens e as passam para seus filhos e netos, enquanto os vencedores acumulam vantagens e também as passam para seus filhos e netos, tornando a desigualdade uma característica inerente às sociedades capitalistas. Para que a igualdade predomine, Singer (2002) aponta a economia solidária como um fator essencial, caracterizada pela cooperação e solidariedade entre os participantes. Este novo modo de produção se realiza nas organizações cooperativas, em que os sócios possuem direitos iguais de voto, e o resultado é repartido igualmente entre os mesmos (SINGER, 2002). Neste cenário, Singer (2002) aponta o Estado como fundamental para desconstruir as desigualdades produzidas pelas diferenças de desempenho entre as cooperativas, evitando a acumulação destas diferenças em gerações futuras.

Diferente do que ocorre nas empresas capitalistas, os integrantes das cooperativas não recebem salários, mas sim retiradas, que podem ser iguais ou desiguais dependendo da organização (SINGER, 2002). A lógica por trás destas diferenças nas retiradas se encontra no seguinte raciocínio: os técnicos e administradores são responsáveis por aumentar a produtividade da cooperativa através do conhecimento especializado que possuem e, portanto, devem receber melhores remunerações que os responsáveis pelo trabalho manual (SINGER, 2002). Neste caso, estas desigualdades são permissíveis, visto que, maximizam o bem-estar da coletividade. De modo geral, é possível afirmar que enquanto as empresas capitalistas distribuem o valor de acordo com a maximização do lucro, as empresas solidárias visam melhorar a situação dos menos favorecidos, isto é, dos próprios sócios da organização (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), uma das principais divergências entre as empresas capitalistas e as empresas solidárias é a dinâmica organizacional. As primeiras são organizações heterogestionárias e possuem níveis hierárquicos que determinam a posição de cada indivíduo e a informação que este possui sobre a empresa; os que ocupam cargos mais elevados possuem mais informações, visto que precisam tomar decisões estratégicas sobre os rumos da organização, enquanto os que ocupam cargos mais baixos não possuem as mesmas informações e se restringem a receber ordens daqueles que estão acima na cadeia hierárquica (SINGER, 2002).

As organizações heterogestionárias são marcadas por um aspecto contraditório, já que, dependem tanto da cooperação entre os diferentes setores para a maximização do lucro, como também da competição entre os integrantes para o incentivo à maior produtividade de cada um (SINGER, 2002).

Nas organizações autogestionárias, por sua vez, o maior nível hierárquico é a assembleia geral dos sócios, ou seja, o coletivo (SINGER, 2002). Neste caso, as decisões são tomadas coletivamente nestas reuniões e cada indivíduo tem direito a um único voto, de modo que, não há hierarquia entre os sócios nos processos decisórios e, portanto, as decisões são tomadas de baixo para cima e as informações são passadas de cima para baixo, em contraposição ao que ocorre nas organizações heterogestionárias (SINGER, 2002). As hierarquias existentes entre diretores e coordenadores respondem sempre ao coletivo, de maneira que, ninguém manda em ninguém e o poder é distribuído igualmente de acordo com as decisões do grupo (SINGER, 2002). Diferentemente da heterogestão, a autogestão exige esforço adicional dos sócios para impedir que o processo democrático ceda lugar ao processo autoritário imposto pela hierarquia e, portanto, “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios” (SINGER, 2002, p. 19) (SINGER, 2002). Esta é dinâmica organizacional que caracteriza as ITCP’s.

Resultados

A partir do questionário realizado com integrantes de incubadoras, visou-se analisar a história de vida de cada um (a), focando na formação acadêmica e política. O objetivo deste enfoque foi compreender, a partir da literatura sobre sociologia das profissões, como ocorre o processo de profissionalização das incubadoras. As questões propostas buscaram, portanto, identificar as áreas de formação e a participação em movimentos sociais ou partidos políticos, além de conhecimentos específicos necessários para a realização das atividades da organização. Com base nas respostas que serão apresentadas em seguida, foi possível indicar algumas hipóteses que justificam a profissionalização deste campo.

O primeiro entrevistado possui formação nas áreas das ciências sociais aplicadas. De acordo com o mesmo, alguns conhecimentos específicos são necessários para desempenhar a função de gestor de uma incubadora, a saber: gestão de pessoas, gestão de processos e gestão financeiro. Além disso, o entrevistado afirma que, para a realização das atividades da incubadora, é preciso obter alguma formação nas áreas das ciências sociais aplicadas como, por exemplo, administração e/ou economia. O mesmo não é filiado a nenhum movimento social ou partido político, reforçando seu perfil e trabalho técnico frente à incubadora.

A segunda entrevistada também possui formação acadêmica nas áreas das ciências sociais aplicadas e está cursando administração de empresas. Assim como o primeiro entrevistado, também não é filiada a nenhum movimento social e/ou partido político. Por outro lado, afirma não haver a necessidade de nenhum tipo de conhecimento específico para poder desempenhar as atividades da organização. De acordo com a entrevistada, até entrar para a incubadora, não havia tido nenhum contato com a temática da economia solidária e suas expectativas com relação à organização são projetos, parcerias com empresas e apresentação de um novo modo de vida. Ainda de acordo com a entrevistada, após entrar para a incubadora, pôde descobrir “novos conceitos e um mundo diferente daquele que tinha sido apresentado até então”.

A terceira entrevistada também possui formação acadêmica nas áreas das ciências sociais aplicadas, possuindo, também, um título de doutorado na área. De acordo com a mesma, para desempenhar as atividades das incubadoras, é preciso ter um conhecimento específico sobre economia solidária. Apesar de não possuir nenhuma relação com algum partido político, a

entrevistada milita no Movimento de Economia Solidária e da Educação do Campo. Sua expectativa com a incubadora é “contribuir na formação e na agenda acadêmica e na política de desenvolvimento territorial com o fortalecimento de redes e das experiências de organização coletiva”.

A quarta entrevistada é formada em pedagogia, porém com especialização em gestão pública e sociedade. De acordo com a mesma, para o desempenho adequado das atividades da incubadora é necessário ter um conhecimento especializado em “administração e gestão dos empreendimentos de economia solidária e da equipe técnica, legislação e políticas públicas”. Além disso, a entrevistada afirma que para a realização destas atividades ainda é necessária a “formação de técnico de nível superior, para o acompanhamento das atividades acadêmicas”. Apesar de também não ser associada a nenhum partido político, milita no Fórum Estadual de Economia Solidária. Para a mesma, fazer parte da incubadora significa um “espaço de diálogo com a comunidade e construção de uma universidade universitária”.

O quinto e último entrevistado, por fim, não possui nenhuma formação nas áreas das ciências sociais aplicadas. O mesmo é formado em zootecnia e possui um mestrado na área. De acordo com o entrevistado, para desempenhar as atividades da incubadora, não é necessário possuir nenhuma formação acadêmica ou conhecimentos e habilidades específicas. Além disso, é o único entrevistado filiado a um partido político, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e milita na Associação de Defesa do Meio Ambiente (ADEMA). De acordo com o entrevistado ainda, há uma grande preocupação com relação à falta de recursos (cortes orçamentários) para a realização das atividades da incubadora.

Ao analisar as respostas dos (as) entrevistados (as), é possível perceber que há, com exceção do quinto entrevistado, um fator em comum: todos (as) possuem algum tipo de formação, seja graduação ou pós-graduação, nas áreas das ciências sociais aplicadas. Apenas um entrevistado milita em um partido político, demonstrando a desconexão da maioria dos (as) integrantes com os partidos políticos. Além disso, dois não militam em nenhum movimento social. Este fato conduz a um consenso acerca dos conhecimentos específicos que os (as) mesmos (as) julgam ser necessários para o desempenho das atividades da incubadora. É preciso

ter domínio sobre um conhecimento técnico como, por exemplo, gestão de pessoas e gestão de processos.

Referências bibliográficas

ALVES, Mário Aquino. *O Conceito de Sociedade Civil: Em Busca de uma Repolitização*. Organização e Sociedade, 2004, 11: 141-154.

ALVES, Mário Aquino; NOGUEIRA, Fernando do Amaral; SCHOMMER, Paula Chies. *Profissionalização e Lógicas Institucionais: o Profissional do Investimento Social Privado no Brasil*. Rio de Janeiro/ RJ – 7 a 11 de setembro, 2013.

ARGELIN, Paulo Eduardo. *Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil*. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, nº 1, jul/dez, 2010.

DURAND, José Carlos Garcia. *A serviço da coletividade – crítica à sociologia das profissões*. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 15, n.6 nov/dez, p. 59-69, 1975.

GONÇALVES, Carlos Manuel. *Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento*. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, 17/18, p.177-224, 2007/2008.

PAULILO, Maria Angela Silveira. *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. Serviço Social em Revista/ publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina – Vol. 2, n. 2 (Jul/Dez 1999) – Londrina: Ed. UEL, 1999, p. 135-148.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Richard Sennett; tradução Marcos Santarrita. – 15ª Edição – Rio de Janeiro: Record, 2010.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Richard Sennett; tradução Clóvis Marques. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª edição – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBER, Silke. *Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil*. Campinas, vol. 24, nº 85, p. 1125 – 1154, dezembro, 2003.

ⁱ Até os anos noventa, a produção acadêmica sobre a sociologia das profissões na Europa continental se mostrou bastante escassa, de acordo com Gonçalves (2007;2008), à medida que, assim como ocorreu no caso dos países periféricos, as análises anglo-americanas não eram adaptáveis ao contexto local, havendo, portanto, grande rejeição às teorias funcionalistas. Outros fatores foram apontados como, por exemplo, a hegemonia dos estudos de viés marxista sobre o mundo do trabalho industrial (GONÇALVES, 2007;2008). De acordo com Gonçalves (2007;2008, p. 192), “as profissões são interpretadas como construções históricas e impossíveis de serem lidas atomizadas sociologicamente dos espaços sociais onde se inserem”.

ⁱⁱ Este fato coloca o processo de profissionalização no Brasil próximo ao ocorrido na Europa continental, em que há interdependência entre as profissões e o Estado. Este delega autonomia aos grupos profissionais de acordo com os seus interesses políticos e ideológicos (GONÇALVES, 2007;2008). Em contraposição a esta formação, Gonçalves (2007;2008) aponta o modelo anglo-americano, caracterizado pela autonomia das profissões com relação ao Estado. Vale lembrar que, de acordo com o mesmo autor, as sociologias das profissões anglo-americana e europeia possuem particularidades dentro de seus desenvolvimentos, relacionadas às diferenças na formação dos Estados modernos, sendo necessário, portanto, ir além desta interpretação.

ⁱⁱⁱ Sennett (2006), ao tratar do fenômeno da flexibilização do trabalho como forma de libertar as pessoas da “jaula de ferro”, afirma que a palavra autoridade faz referência a uma relação de dependência que implica em obediência voluntária, diferente da relação constituída pelo tirano, que se utiliza da coerção para legitimar seu poder. Utilizando-se a definição de Sennett (2006), é possível constatar que Durand (1975) entende que os grupos profissionais estabelecem uma relação de dependência com as pessoas que recebem os serviços profissionais, de modo que, os próprios clientes legitimam as profissões, engendrando, portanto, uma relação de cumplicidade entre ambos que será analisada posteriormente.

^{iv} Sennett (2006) também atribui à cultura um papel importante nas mudanças institucionais que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas décadas. De acordo com o autor, houve uma transfiguração da desigualdade social ocasionada por déficits institucionais dentro das organizações (lealdade, confiança informal e conhecimento institucional), relacionados ao baixo nível de capital social, e por mudanças de valores culturais. Por exemplo, o novo modelo de organização do trabalho deixou de valorizar, como ocorria no modelo burocrático, a estabilidade e a gratificação postergada como princípio de autodisciplina, como havia analisado Weber, e passou a valorizar modelos mais fluidos e desejos mais amorfos, de acordo com Sennett (2006). Vale lembrar que, neste contexto, as redes de relacionamento, vinculadas diretamente à classe social do indivíduo, se tornam fundamentais nas estratégias profissionais, à medida que, garantem maior segurança (SENNETT, 2006).

^v Sennett (2006) afirma que o baixo grau de confiança informal caracteriza um dos três déficits sociais da mudança estrutural. Diferente da confiança formal em que uma pessoa espera que outra honre um determinado contrato, a confiança informal possibilita ver, em uma situação de crise, se é possível confiar em determinada pessoa ou determinado grupo. Para Sennett (2006), as organizações atuais, ao focarem na microgestão do tempo e ao construírem relações impessoais e opacas, constituem redes que se desintegram com facilidade.